

RIOS DE SANGUE E OURO: COMO A INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA TRANSFORMA A GEOPOLÍTICA DO CRIME NA AMAZÔNIA

RIVERS OF BLOOD AND GOLD: HOW PUBLIC SECURITY INTELLIGENCE TRANSFORMS THE GEOPOLITICS OF CRIME IN THE AMAZON

RÍOS DE SANGRE Y ORO: CÓMO LA INTELIGENCIA DE SEGURIDAD PÚBLICA TRANSFORMA LA GEOPOLÍTICA DEL CRIMEN EN LA AMAZONÍA

Johnattan Martins Pinheiro¹
Hermínia da Silva Marques²
Ismael Santos de Souza³
Jheniffer Beckman da Cruz⁴

RESUMO: A Amazônia brasileira enfrenta uma crescente ameaça do crime organizado híbrido, o "narcogarimpo", que funde narcotráfico, garimpo ilegal e extrativismo predatório. Esta complexa simbiose criminal desafia a soberania nacional e a segurança pública, superando a capacidade do policiamento ostensivo tradicional. Em resposta a essa dinâmica, este artigo argumenta que a Inteligência de Segurança Pública (ISP) se estabelece como a ferramenta estratégica indispensável para transformar essa realidade, promovendo a antecipação e desarticulação sistêmica das redes criminosas, especialmente em biomas de vastidão e complexidade logísticas extremas. Embora a ISP seja reconhecida como um diferencial, sua operacionalização e impacto na construção de uma "Soberania Informacional" são aspectos pouco explorados na literatura em contextos tão singulares. Com base em uma análise da geopolítica do crime na Amazônia e em estudos de caso empíricos de operações de inteligência (como a Operação Roque e a desintrusão da TI Yanomami), este estudo explora a aplicação integrada da Inteligência Humana (HUMINT) e Geoespacial (GEOINT), e a necessidade de integração interagências para a produção de conhecimentos. Os resultados demonstram que a ISP, fundamentada em capacidades informacionais e uma "inteligência antropológica", permite a asfixia financeira e a neutralização de lideranças estratégicas, indo além da apreensão pontual. Identificamos quatro eixos de ação imperativos para a governança eficaz da Amazônia, promovendo o que denominamos "Soberania Informacional" como um novo paradigma de defesa territorial. Este trabalho oferece um modelo robusto para o enfrentamento de crimes transnacionais em regiões de fronteira sensíveis, com implicações diretas para a formulação de políticas públicas e estratégias de segurança em contextos globais de governança ambiental e combate ao crime organizado.

1

¹ Oficial da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). MBA em Política, Estratégia, Defesa e Segurança Pública pela FAMESC/ADESG (2025). Especialista em Direito Público pela Universidade do Estado do Amazonas (2024), em Direito Internacional dos Conflitos Armados e dos Direitos Humanos pela FAMESC/ADESG (2026), em Digital e Proteção de Dados(2023) em Inteligência de Estado e Inteligência Policial (2023). Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (2022). Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas(2026). Membership do Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus). Membro da Academia de Literatura, Arte e Cultura da Amazônia (ALACA).

² Oficial da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Amazonas. Bacharela em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas(2026).

³ Oficial da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Pós-Graduação em Segurança Pública pela Faculdade Norte- Sul (2025). Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio do Amazonas (2024). Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas(2026).

⁴ Advogada. Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Norte Uninorte (2022). Especialista em Direito Civil e Processo Civil (2023) e em Direito Digital e Proteção de Dados (2023) pelo Gran Centro Universitário. Membership do Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus).

Palavras-chave: Inteligência de Segurança Pública (ISP). Crime Organizado. Amazônia. Narcogarimpo. Inteligência-Led Policing. Soberania Informacional.

ABSTRACT: The Brazilian Amazon faces a growing threat from hybrid organized crime, "narco-mining," which combines drug trafficking, illegal mining, and predatory extraction. This complex criminal symbiosis challenges national sovereignty and public security, exceeding the capacity of traditional visible policing. In response to this dynamic, this article argues that Public Security Intelligence (PSI) establishes itself as the indispensable strategic tool to transform this reality, promoting the anticipation and systemic dismantling of criminal networks, especially in biomes of extreme vastness and logistical complexity. Although PSI is recognized as a differentiating factor, its operationalization and impact on the construction of "Informational Sovereignty" are aspects little explored in the literature in such unique contexts. Based on an analysis of the geopolitics of crime in the Amazon and empirical case studies of intelligence operations (such as Operation Roque and the removal of intruders from the Yanomami Indigenous Territory), this study explores the integrated application of Human Intelligence (HUMINT) and Geospatial Intelligence (GEOINT), and the need for interagency integration for knowledge production. The results demonstrate that Public Security Intelligence (PSI), grounded in informational capabilities and "anthropological intelligence," allows for the financial strangulation and neutralization of strategic leaders, going beyond punctual apprehension. We identify four imperative action axes for the effective governance of the Amazon, promoting what we call "Informational Sovereignty" as a new paradigm of territorial defense. This work offers a robust model for confronting transnational crimes in sensitive border regions, with direct implications for the formulation of public policies and security strategies in global contexts of environmental governance and the fight against organized crime.

Keywords: Public Security Intelligence (PSI). Organized Crime. Amazon. Illegal Mining. Intelligence-Led Policing. Information Sovereignty.

RESUMEN: La Amazonía brasileña se enfrenta a la creciente amenaza del crimen organizado híbrido, la narcominería, que combina el narcotráfico, la minería ilegal y la extracción predatoria. Esta compleja simbiosis criminal desafía la soberanía nacional y la seguridad pública, superando la capacidad de la policía visible tradicional. En respuesta a esta dinámica, este artículo argumenta que la Inteligencia de Seguridad Pública (ISP) se consolida como la herramienta estratégica indispensable para transformar esta realidad, promoviendo la anticipación y el desmantelamiento sistémico de las redes criminales, especialmente en biomas de extrema vastedad y complejidad logística. Si bien la ISP se reconoce como un factor diferenciador, su operacionalización e impacto en la construcción de la Soberanía Informacional son aspectos poco explorados en la literatura en contextos tan singulares. A partir de un análisis de la geopolítica del crimen en la Amazonía y estudios de caso empíricos de operaciones de inteligencia (como la Operación Roque y el desalojo de intrusos del Territorio Indígena Yanomami), este estudio explora la aplicación integrada de la Inteligencia Humana (HUMINT) y la Inteligencia Geoespacial (GEOINT), así como la necesidad de la integración interinstitucional para la producción de conocimiento. Los resultados demuestran que la Inteligencia de Seguridad Pública (ISP), basada en capacidades informativas e inteligencia antropológica, permite el estrangulamiento financiero y la neutralización de líderes estratégicos, yendo más allá de la aprehensión puntual. Identificamos cuatro ejes de acción imperativos para la gobernanza efectiva de la Amazonía, promoviendo lo que denominamos «Soberanía Informacional» como un nuevo paradigma de defensa territorial. Este trabajo ofrece un modelo robusto para enfrentar los delitos transnacionales en regiones fronterizas sensibles, con implicaciones directas para la formulación de políticas públicas y estrategias de seguridad en contextos globales de gobernanza ambiental y la lucha contra el crimen organizado.

Palabras clave: Inteligencia de Seguridad Pública (ISP). Crimen Organizado. Amazon. Minería Ilegal. Vigilancia Policial Basada en Inteligencia. Soberanía de la Información.

INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal brasileira, com seus aproximadamente 5 milhões de km², representa não apenas o maior bioma tropical do planeta e uma reserva crítica de biodiversidade, mas também um espaço geopolítico de complexa governança e segurança. Sua vastidão, combinada com uma rede hidroviária de mais de 25.000 km navegáveis, fronteiras porosas com sete países e uma presença estatal historicamente limitada, criou condições ideais para a proliferação de atividades ilícitas. Nas últimas duas décadas, assistiu-se a uma transformação qualitativa na atuação do crime organizado na região. O modelo tradicional de tráfico de drogas, focado na passagem da cocaína andina para mercados internacionais, convergiu com outras economias ilegais, dando origem a uma estrutura criminoso híbrida e multifacetada, característica da complexa criminalidade organizada transnacional (POLÍCIA FEDERAL, 2019, p. 36; AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, 2023, p. 15).

Hoje, as mesmas organizações que controlam o tráfico de cocaína, com destaque para o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), são atores centrais no garimpo ilegal de ouro, na grilagem de terras públicas, no extrativismo predatório de madeira e no contrabando de combustíveis e armas. Essa convergência, denominada por analistas de segurança como "narcogarimpo", não é meramente ocasional; é simbiótica. O ouro ilegal, extraído muitas vezes de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, fornece um fluxo de capital líquido, de difícil rastreamento, que financia a logística do narcotráfico, aquisição de embarcações, subornos a autoridades, pagamento de aviadores e soldados. Por sua vez, as rotas, infraestrutura e corrupção consolidadas pelo tráfico facilitam o escoamento do minério. Esta economia subterrânea gera receitas bilionárias, corrói instituições, exacerba a violência contra populações tradicionais e provoca danos ambientais catastróficos, constituindo uma das mais sérias ameaças à soberania nacional, à integridade socioambiental da Amazônia e aos interesses fundamentais do Estado (AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, 2023, p. 12, 16; POLÍCIA FEDERAL, 2019, p. 32).

A dimensão do problema é corroborada por dados oficiais. O estado do Amazonas, por exemplo, registrou em 2023 a segunda maior taxa de mortes violentas intencionais do país, impulsionada sobretudo pelo enfrentamento entre facções e pela crescente presença de organizações criminosas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2024a). A cidade de Manaus, apesar de ser a quinta mais rica do Brasil, ainda apresenta uma taxa média de 52,6

mortes por cem mil habitantes, reflexo direto dos conflitos territoriais entre facções (FBSP, 2024b). Esse cenário de violência está intrinsecamente ligado à dinâmica econômica ilícita que permeia a região.

1.2. A Insuficiência do Policiamento Ostensivo Tradicional

O aparato de segurança pública na Amazônia enfrenta um desafio de escala quase intratável quando depende exclusivamente de modelos reativos e ostensivos, que dificilmente conseguem antecipar e neutralizar ações criminosas (BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015, p. 15). A densidade demográfica é baixa (cerca de 4 hab./km² em média), as distâncias são imensas, e a infraestrutura de transporte e comunicações é precária. Polícias Militares estaduais, principais responsáveis pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública conforme o Artigo 144 da Constituição Federal, possuem efetivos insuficientes e logística limitada para cobrir de forma contínua esta vastidão. O patrulhamento fluvial, quando existe, é oneroso e de alcance restrito.

O resultado é uma sensação de "enxugar gelo": operações pontuais e de grande visibilidade podem apreender cargas, destruir balsas de garimpo ou prender soldados, mas dificilmente atingem a estrutura de comando, a logística financeira ou a capacidade de regeneração das organizações criminosas. O resultado são operações pontuais que, embora apreendam cargas ou destruam balsas, dificilmente atingem a estrutura de comando, a logística financeira ou a capacidade de regeneração das organizações criminosas (POLÍCIA FEDERAL, 2019, p. 142). A ação é reativa, baseada no crime consumado, contrasta com o caráter prospectivo e exploratório da inteligência policial (POLÍCIA FEDERAL, 2019, p. 39), permitindo que as facções adaptem rapidamente suas rotas e métodos. Esta abordagem tradicional, portanto, mostra-se estruturalmente incapaz de impor um custo operacional proibitivo ao crime organizado na região. Como bem observa Pytlowanciv (2024), a dinâmica criminal atual exige que os órgãos de segurança adotem medidas que permitam um emprego mais racional e eficiente de seus recursos, algo que o modelo puramente ostensivo não consegue entregar.

A infraestrutura de transportes, especialmente as hidrovias, é vital para o desenvolvimento econômico da Amazônia, mas sua precariedade e falta de fiscalização a transformam em vetor de vulnerabilidade (Gomes, Fiori & Ferreira Junior, 2025). A ausência de monitoramento efetivo ao longo dos vastos cursos d'água facilita sobremaneira atividades

ilícitas como o tráfico de drogas e o contrabando, tornando as hidrovias corredores estratégicos para o crime organizado. A resposta puramente ostensiva não consegue alterar essa equação logística favorável ao crime.

1.3. A Inteligência Policial como Ferramenta Estratégica Indispensável

Nas palavras de Marco Cepik (2003, p. 21) “Serviços de Inteligência não podem ser definidos como um tipo puro de organização de força do Estado, uma vez que cumprem funções primordialmente informacionais”. Diante deste cenário, a tese central deste artigo é que a Inteligência de Segurança Pública (ISP), devidamente institucionalizada e operacionalizada conforme os princípios da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), da Política Nacional (PNISP) e da Estratégia Nacional (ENISP), constitui a única ferramenta viável e estratégica para mudar o jogo no combate ao crime híbrido na Amazônia.

A ISP, entendida como "a atividade permanente e sistemática... que visa identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais... e produzir conhecimentos e informações que subsidiem planejamento e execução de políticas de Segurança Pública" (Secretaria Nacional de Segurança Pública [SENASP], 2009), possui o potencial de antecipar a ação criminosa. Em vez de reagir ao crime consumado, a inteligência bem-sucedida busca compreender e prever a logística complexa das facções, os 'nós vitais' de suas redes, desde os pontos de entrada da droga nas fronteiras, os locais de transbordo nos rios, os aeródromos clandestinos, as redes de financiamento via ouro, os elos de corrupção no Estado (POLÍCIA FEDERAL, 2019, p. 40). Ao fornecer este conhecimento confiável e oportuno aos gestores (BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015, p. 17), a ISP permite a alocação racional e proativa de recursos escassos, humanos, materiais, orçamentários, otimizando seu emprego para os pontos de maior vulnerabilidade da cadeia criminosa (Cepik, 2003).

O objetivo final não é apenas a apreensão pontual, mas a desarticulação sistêmica. Isso se dá pela interrupção de fluxos logísticos críticos, pelo ataque aos núcleos financeiros (descapitalização) e pela neutralização de lideranças estratégicas. Portanto, defender-se-á aqui que a garantia da soberania amazônica no século XXI depende menos de um incremento puramente quantitativo do policiamento ostensivo e mais do desenvolvimento de uma capacidade de inteligência integrada, ágil e profundamente enraizada no território e na realidade social da região, um princípio alinhado ao conceito de intelligence-led policing discutido por Ratcliffe (2016). A formulação de políticas públicas eficazes, aliando

investimentos em infraestrutura e segurança fluvial, é apontada como fundamental para mitigar riscos e potencializar os benefícios da navegação, garantindo maior controle estatal (Gomes et al., 2025). Esse controle, porém, só é possível com base em conhecimento prévio e estratégico – ou seja, com inteligência, que a ISP fornece para subsidiar o processo decisório e a ação governamental (BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015, p. 15; AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, 2023, p. 14).

2. GEOPOLÍTICA AMAZÔNIDA E O CRIME ORGANIZADO

2.1. Rotas, Facções e a Economia Híbrida

A dinâmica do crime organizado na Amazônia é moldada por sua geografia única. A compreensão desta "geopolítica do crime" é o primeiro passo para qualquer estratégia eficaz de inteligência. A compreensão da dinâmica criminal na Amazônia contemporânea exige uma ruptura com a visão tradicional de segurança pública, migrando para uma análise de "geopolítica do crime".

Neste cenário, o território não é apenas o palco das infrações, mas um ativo estratégico disputado por organizações transnacionais que operam sob uma lógica de rede. A vastidão do bioma, somada à porosidade de mais de 11 mil quilômetros de fronteiras secas e fluviais, cria o que estudiosos chamam de "zonas de governança limitada", onde o Estado, embora presente formalmente, divide a autoridade de fato com grupos armados. Essa configuração permite que a Amazônia funcione como um santuário logístico e um laboratório para a economia híbrida, onde o lucro do narcotráfico financia e se mistura ao extrativismo ilegal, consolidando um poder paralelo que desafia a soberania nacional (ABIN, 2023, p. 15).

2.1.1. O Domínio dos Rios: As "Estradas Invisíveis" e a Logística da Fluidez

A rede hidrográfica amazônica, centrada nos eixos dos rios Solimões e Negro, constitui o sistema circulatório do crime organizado. Essas "estradas invisíveis" oferecem vantagens táticas que superam qualquer infraestrutura terrestre: são modais de baixo custo, alta capacidade de carga e, acima de tudo, possuem uma camuflagem natural intrínseca. A complexidade geográfica, repleta de furos, igapós e paranás, permite que embarcações alterem rotas instantaneamente ao detectar fiscalização. Como aponta Silva (2024), a hidrografia impõe uma "ditadura da distância" ao Estado, enquanto para o crime ela oferece uma "logística da fluidez",

onde a saturação do tráfego comercial lícito serve como escudo para o movimento ilícito.

A Rota do Solimões permanece como a principal artéria do narcotráfico sul-americano. O fluxo inicia-se na tríplice fronteira entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru), um nó logístico onde a ausência de uma coordenação transfronteiriça integrada facilita o transbordo de grandes carregamentos de cloridrato de cocaína e pasta-base. A evolução técnica do crime nesta região é notável; o uso de "voadeiras" com motores de alta potência e a crescente utilização de submersíveis artesanais, embarcações que navegam no nível da linha d'água, dificultando a detecção por radar e vigilância visual, demonstram um investimento pesado em engenharia naval clandestina. Manaus, estrategicamente posicionada no encontro das águas, funciona como o "hub" central de consolidação. Na capital amazonense, a droga é fracionada, armazenada em portos privados e "legalizada" em meio a cargas de produtos da Zona Franca, seguindo para portos de exportação no Pará ou sendo enviada para o Nordeste e Sudeste via cabotagem ou rodovias como a BR-319.

A Rota do Negro e o Noroeste Amazônico, por outro lado, representam a diversificação estratégica e a militarização do tráfico. O Rio Negro liga o Brasil diretamente às áreas de influência de grupos armados irregulares remanescentes de conflitos civis vizinhos, como as dissidências das FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Segundo Gomes et al. (2025), estas rotas secundárias ganharam relevância não apenas pelo volume de drogas, mas por servirem de corredor para o tráfico de armas e precursores químicos essenciais para o refino da cocaína. A presença desses grupos estrangeiros traz uma doutrina militarizada para o crime local, resultando na formação de milícias fluviais que utilizam táticas de guerrilha para proteger comboios, elevando o nível de letalidade dos confrontos com as forças de segurança.

2.1.2. A Economia Híbrida: O Narco-Garimpo e a Convergência de Ilícitos

Um dos fenômenos mais alarmantes da última década é a transição para uma "economia híbrida", onde as facções criminosas deixam de ser mono-industriais (focadas apenas em drogas) para se tornarem conglomerados de ilícitos. O crime organizado percebeu que a logística estabelecida para o narcotráfico possui uma "interoperabilidade" com crimes ambientais. O ouro ilegal, a madeira de lei e o tráfico de fauna silvestre agora compartilham as mesmas rotas, aeronaves e sistemas de lavagem de dinheiro que a cocaína. Esta convergência, denominada por Oliveira e Santos (2024) como "narco-garimpo", gera um ciclo de capitalização mútua: o lucro da droga financia a compra de dragas e retroescavadeiras para o garimpo ilegal, enquanto o ouro,

de fácil ocultação e liquidez imediata, serve como o principal mecanismo para lavar o dinheiro do tráfico internacional.

Esta hibridização financeira altera profundamente a geopolítica local, pois o crime passa a exercer um controle econômico sobre as populações ribeirinhas e indígenas. Em muitas regiões, o "patrocínio" do crime organizado substitui a assistência estatal, onde a facção garante o motor da canoa, o combustível e a compra da produção extraída ilegalmente. Esse domínio social cria uma rede de informantes e uma barreira humana que dificulta operações de inteligência. Conforme destacado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), a exploração predatória da floresta não é mais um crime de oportunidade, mas uma linha de negócio estruturada de organizações como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que disputam o controle territorial de áreas ricas em minérios tanto quanto disputam pontos de venda de drogas.

2.1.3. Conflitos de Facções e a Fragmentação do Poder Territorial

A paisagem criminal amazônica é marcada por uma instabilidade crônica derivada da disputa entre facções nacionais e grupos locais, "Os Crias". A hegemonia territorial é vital para garantir o monopólio das rotas de escoamento. Cidades como Coari, Tefé e Itacoatiara tornaram-se pontos de estrangulamento onde o conflito é constante. A violência nessas localidades não se limita ao submundo; ela transborda para a sociedade civil através da pirataria de rio. Os chamados "piratas" ou "barrigas d'água" agem muitas vezes como braços armados de determinadas facções para roubar carregamentos de grupos rivais ou para extorquir comerciantes legais, criando um ambiente de insegurança que inviabiliza o desenvolvimento econômico regional.

O papel de Manaus como centro de comando e controle é fundamental nesta guerra geopolítica. A cidade abriga o complexo sistema prisional que, paradoxalmente, serve como escritório central das organizações. É das prisões que partem as ordens para a "guerra pela calha" do Rio Solimões. A pesquisa de Mello et al. (2025) reforça que o Amazonas deixou de ser apenas um corredor de passagem para se tornar um mercado consumidor robusto e um centro de exportação global. A droga que sai do Amazonas hoje alimenta cartéis nos Bálcãs, máfias italianas e o mercado em expansão na África Ocidental, inserindo o território amazônico definitivamente no tabuleiro do crime transnacional organizado.

2.1.4. O Desafio da Fiscalização e a Insuficiência Institucional

A resposta estatal a este cenário enfrenta obstáculos estruturais que vão além da falta de recursos financeiros. A precariedade das hidrovias e a ausência de uma rede de radares de baixa altitude e sensores subaquáticos deixam o Estado "cego" diante da agilidade das facções. A fiscalização atual é baseada em operações episódicas, que, embora resultem em apreensões recordes, têm pouco efeito no fluxo total devido à imensa capacidade de reposição das organizações criminosas. Além disso, a corrupção infiltrada em níveis locais e o sucateamento de órgãos de controle ambiental permitem que o crime opere com uma aparência de legalidade, utilizando empresas de fachada para escoar madeira e minérios por portos oficiais.

Gomes et al. (2025) argumentam que a inteligência estratégica deve abandonar a visão isolada de "combate ao tráfico" para adotar uma abordagem de "segurança multidimensional". Isso implica que o monitoramento do desmatamento via satélite deve estar integrado em tempo real ao monitoramento de voos clandestinos e ao rastreamento financeiro bancário. Sem uma integração profunda entre as Forças Armadas, a Polícia Federal e os órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA/ICMBio), a geopolítica do crime continuará a ditar as regras na Amazônia, transformando os rios em artérias de uma economia que prospera sobre a degradação da floresta e a erosão das instituições democráticas.

2.1.2. Conflito de Facções: CV, PCC e a Disputa pela Hegemonia

O território amazônico deixou de ser apenas uma zona de trânsito para se tornar o principal teatro de operações de uma guerra de facções sem precedentes na história brasileira. Esta disputa pela hegemonia não é motivada apenas pelo controle das rotas de escoamento, mas pela captura de mercados locais em expansão e pela infraestrutura logística necessária para o tráfico transcontinental. O cenário atual é caracterizado por uma instabilidade crônica, onde alianças táticas são formadas e rompidas com velocidade fluida, desafiando a capacidade de monitoramento do Estado. A transição de um modelo de "monopólio" para um "oligopólio em conflito" transformou as cidades amazônicas em zonas de alta letalidade, onde a segurança pública é pautada pelas flutuações do mercado ilícito.

O Comando Vermelho (CV) consolidou-se, nos últimos anos, como a força dominante na calha do Rio Solimões. Sua estratégia baseia-se na ocupação territorial ostensiva e na criação de redes de apoio em comunidades ribeirinhas, funcionando como um verdadeiro "operador logístico" que garante a segurança e o transporte das cargas desde a fronteira peruana e

colombiana até os centros de redistribuição. A estrutura do CV, embora mantendo uma essência descentralizada, opera sob uma coordenação estratégica que permite a rápida mobilização de "soldados" e recursos para áreas sob ameaça.

Um ponto analítico central, discutido por Stahlberg (2021) e corroborado por Mello et al. (2025), reside no fenômeno da "Pax Criminal": a evidência de que, em áreas onde o CV exerce hegemonia absoluta, os índices de homicídios tendem a cair temporariamente, uma vez que a ausência de rivais elimina o conflito direto. No entanto, essa aparente tranquilidade é frágil e oculta um regime de coerção social onde a facção dita as normas de convivência, substituindo o poder jurisdicional do Estado por tribunais do crime.

Em oposição a esse modelo territorial, o Primeiro Comando da Capital (PCC) adota uma abordagem mais corporativa, disciplinada e voltada para a eficiência financeira. A facção paulista não busca necessariamente o controle de cada vilarejo ribeirinho, mas foca estrategicamente nos pontos de saída: os grandes portos e aeroportos. O PCC utiliza sua robusta estrutura de inteligência para infiltrar-se em atividades legais, como empresas de logística, transporte de cargas e até a administração de pequenos terminais privados.

A atuação do PCC no Amazonas é marcada por um pragmatismo agressivo; eles buscam estabelecer alianças com grupos locais para evitar o desgaste de uma guerra de guerrilha na selva, preferindo investir no controle dos fluxos financeiros e na lavagem de dinheiro por meio do comércio de ouro e madeira ilegal. Conforme aponta Manso e Dias (2023), o PCC introduziu na Amazônia o conceito de "franquia criminal", onde grupos locais operam sob sua bandeira em troca de acesso a fornecedores internacionais e proteção jurídica e financeira, um modelo que desafia a inteligência policial por ser menos visível que a ocupação territorial do CV (PF, 2019, p. 40).

A decadência da Família do Norte (FDN) alterou profundamente o tabuleiro geopolítico regional. Outrora a terceira maior facção do Brasil e senhora absoluta do Amazonas, a FDN viu seu poder ser erodido por sucessivos massacres prisionais e dissidências internas que migraram majoritariamente para o Comando Vermelho. Contudo, o vácuo deixado pela FDN não foi totalmente preenchido. Surgiram grupos fragmentados, como os "Crias" ou "Cartel do Norte", que atuam em nichos específicos e operam sob regimes de subcontratação. Essa atomização do crime organizado gera um ambiente de perigo imprevisível; grupos familiares e quadrilhas locais, muitas vezes mais violentos por serem menos estruturados, disputam o controle de

bairros periféricos em Manaus e portos de transbordo no interior, funcionando como "free agents" que ora se aliam ao CV, ora ao PCC, dependendo da vantagem econômica imediata.

Essa dinâmica de disputa gera ciclos de violência extrema que impactam diretamente a segurança pública em cidades-chave como Manaus, Belém e Itacoatiara. A violência não se manifesta apenas em homicídios, mas na interrupção de serviços básicos e na imposição de "pedágios" à economia formal. Para os órgãos de inteligência, o desafio reside em superar a visão meramente tática e reativa (PF, 2019, p. 39). Entender as alianças transfronteiriças, como a simbiose entre o CV e dissidências das FARC na Colômbia, é crucial para prever deslocamentos de rotas antes que novas zonas de conflito se consolidem. A análise estratégica deve, portanto, mapear os fluxos de capital e as comunicações criptografadas que sustentam essas organizações, identificando pontos de fragilidade não no número de integrantes, mas na infraestrutura financeira que permite que o crime organizado na Amazônia se comporte como uma rede globalizada de logística ilícita.

2.1.3. O Conceito de "Narcogarimpo": A Simbiose Ouro-Droga

O fenômeno do "narcogarimpo" representa o estágio mais avançado e perigoso da evolução do crime organizado na Amazônia. Longe de serem atividades criminosas paralelas que apenas coabitam o mesmo espaço geográfico, o tráfico de entorpecentes e a extração ilegal de minérios, predominantemente o ouro, fundiram-se em uma simbiose operacional, logística e financeira que redefine os contornos da criminalidade transnacional.

Esta convergência cria o que especialistas denominam de "conglomerados de ilícitos", onde a volatilidade do mercado de drogas é compensada pela estabilidade e liquidez imediata do metal precioso. Segundo Oliveira e Santos (2024), o narcogarimpo não é apenas um método de capitalização, mas uma estratégia de domínio territorial que utiliza o garimpo como fachada para o controle de rotas estratégicas de escoamento de cocaína.

O financiamento cruzado entre estas duas modalidades é o motor dessa engrenagem. A exploração ilegal de ouro, concentrada em Terras Indígenas (TI) como a Yanomami e a Munduruku, além de Unidades de Conservação, gera um fluxo de caixa colossal em espécie, essencial para a manutenção da máquina criminoso no interior da selva. Este capital "vivo" é imediatamente reinvestido no narcotráfico para custear operações de alto valor agregado, como o fretamento de aeronaves, a contratação de pilotos especializados e a aquisição de armamento de guerra. Em contrapartida, os lucros do tráfico de cocaína são frequentemente utilizados para

financiar a infraestrutura pesada do garimpo, incluindo a compra de escavadeiras hidráulicas (PCs) e dragas de última geração, que custam milhões de reais. Como destaca o Instituto Escolhas (2024), essa circulação de capital cria um ciclo de autofinanciamento que torna as facções menos dependentes de fontes externas, aumentando sua resiliência contra operações de repressão financeira.

A infraestrutura compartilhada é o pilar logístico que viabiliza essa simbiose. Na vastidão amazônica, a abertura de uma pista de pouso clandestina é um ativo geopolítico valioso. Essas pistas, originalmente abertas para atender às necessidades de abastecimento e escoamento do garimpo, tornam-se nós logísticos de uso dual: o avião que transporta insumos para o garimpo retorna carregado de ouro, ou, em trajetórias alternadas, serve para o transbordo de pasta-base de cocaína vinda de países vizinhos.

Essa "logística do vácuo" permite que o crime organizado otimize seus custos e minimize riscos de detecção, uma vez que a movimentação aérea intensa em zonas de extração mineral serve como camuflagem para voos do narcotráfico. Além disso, as redes de contrabando de combustível, essenciais para o funcionamento das dragas e geradores na selva, são as mesmas que abastecem as embarcações rápidas (voadeiras) que transportam entorpecentes pelos rios, criando uma infraestrutura de suporte onipresente e de difícil desarticulação (Silva, 2024).

12

No campo da lavagem de dinheiro, o ouro ilegal atua como o instrumento de "limpeza" preferencial das facções. Diferente da cocaína, que precisa ser exportada para gerar lucro em larga escala, o ouro possui um mercado formalizado e uma aceitação universal. O metal extraído ilicitamente é inserido na cadeia produtiva legal por meio de mecanismos fraudulentos, como as chamadas "Dívidas Não Contratadas" (DNCs) ou, mais frequentemente, através da declaração falsa de origem em Postos de Compra de Ouro (PCOs) localizados em cidades de fronteira e hubs regionais como Itaituba e Boa Vista. Uma vez que o ouro é fundido e recebe um selo de conformidade fraudulento, o dinheiro derivado do tráfico de drogas que o financiou retorna ao sistema financeiro como lucro legítimo da atividade minerária. Mello et al. (2025) reforçam que essa "lavagem dourada" é extremamente sofisticada, pois utiliza a boa-fé de certas etapas do mercado financeiro e a fragilidade da fiscalização da Agência Nacional de Mineração (ANM) para apagar os rastros de sangue e devastação ambiental associados à sua extração.

Com isso, a consolidação do narcogarimpo impõe um desafio de soberania sem precedentes. A presença de milícias armadas pelas facções para proteger os perímetros de extração mineral cria "enclaves criminosos" onde o Estado não consegue entrar sem operações

militares de grande porte. Essas áreas tornam-se zonas de exclusão para a lei, onde a violência é utilizada de forma cirúrgica para expulsar comunidades tradicionais e cooptar a mão de obra local.

O impacto socioambiental, o "ecocídio" é, portanto, indissociável da dinâmica do crime organizado. A contaminação por mercúrio e a destruição de leitos de rios não são danos colaterais, mas consequências diretas de uma economia híbrida que prioriza a extração acelerada de valor para alimentar o narcotráfico internacional. O enfrentamento a essa realidade exige que a inteligência estratégica integre o monitoramento de ativos minerais com a repressão ao tráfico, compreendendo que, na Amazônia do século XXI, o ouro e a droga são faces da mesma moeda ilícita.

Esta simbiose torna o combate muito mais complexo. Aprender uma carga de cocaína não atinge o fluxo de caixa proveniente do garimpo. Por outro lado, destruir uma balsa de garimpo não impede o tráfico de drogas. É necessário um ataque coordenado a ambos os braços da hidra, e isso só é possível com uma inteligência integrada que rastreie as conexões financeiras e operacionais entre os dois mundos. O rastreamento financeiro tradicional, focado no sistema bancário, muitas vezes falha diante da economia em espécie e da "commodity-ouro", exigindo técnicas específicas de inteligência financeira que identifiquem os elos fracos desta cadeia híbrida.

O fenômeno do garimpo ilegal na Amazônia é histórico e estrutural. Wanderley (2019) argumenta que a chamada "corrida do ouro" foi um processo marcante no final do século XX, e que a fronteira mineral continua ativa, variando do garimpo ilegal à atuação de grandes mineradoras. Esse processo não se restringe ao Brasil, sendo um fenômeno Pan-amazônico. A atividade garimpeira atuou como uma "frente de expansão", abrindo a fronteira de povoamento e atraindo outras formas de ocupação, criando uma tradição e uma estrutura logística que agora é cooptada pelo narcotráfico. A mineração ilegal consolidou-se como um vetor relevante do desmatamento, produzindo impactos ambientais e sociais profundos, incluindo contaminação por mercúrio e conflitos territoriais (Santos et al., 2025). O "narcogarimpo" é, portanto, a fusão dessa economia ilegal tradicional com o narcotráfico transnacional, potencializando os danos de ambos.

2.2. Ferramentas de Inteligência na Selva: Integrando Tecnologia, Ser Humano e Instituições

A eficácia da ISP na Amazônia depende do uso correto e integrado de um leque de ferramentas, superando a dependência exclusiva de qualquer uma delas. É um equívoco comum, tanto na prática quanto na literatura, confundir a posse de tecnologia com a posse de inteligência efetiva (Kraemer, 2015).

A complexidade do cenário amazônico, onde o crime organizado opera em uma zona cinzenta entre o narcotráfico e o ecocídio, exige uma arquitetura de inteligência que transcenda a mera coleta de dados. É necessária uma abordagem multidimensional que integre a precisão tecnológica da Inteligência Geoespacial (GEOINT) com a profundidade contextual da Inteligência Humana (HUMINT), tudo sob o guarda-chuva de uma integração interagências que rompa silos institucionais. Nesta seção, analisaremos como o Estado brasileiro tenta (e muitas vezes falha em) monitorar este vasto território e quais são os paradigmas necessários para uma segurança pública baseada em evidências e prospecção.

2.2.1. Limitações e Potencialidades da GEOINT (Inteligência Geoespacial)

A Inteligência Geoespacial, ou GEOINT, constitui o "olhar soberano" sobre a Amazônia. Ela engloba a exploração e análise de imagens e informações geoespaciais para descrever, avaliar e visualizar características físicas e atividades geograficamente referenciadas no terreno (DNISP, 2015, p. 62). No contexto amazônico, onde o deslocamento terrestre é quase impossível e o aéreo é custoso, a GEOINT torna-se a primeira linha de defesa. Entretanto, sua eficácia não é absoluta, sendo mediada por variáveis climáticas, tecnológicas e analíticas que definem o sucesso ou o fracasso de uma operação de monitoramento.

As potencialidades da GEOINT iniciam-se com o monitoramento ambiental sistemático. Sistemas como o DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real) do INPE e constelações de satélites privadas, como a Planet, permitem identificar cicatrizes na floresta em questão de horas. Santos et al. (2025) destacam que a mineração ilegal é um vetor direto de degradação que deixa assinaturas térmicas e espectrais específicas; solos expostos e a turbidez da água em rios anteriormente límpidos são indicadores claros de atividade garimpeira. Além disso, a capacidade de cruzar esses dados com o Sistema de Identificação Automática (AIS) de embarcações permite que analistas identifiquem "comportamentos anômalos": um rebocador que desliga seu transponder próximo a uma área de garimpo ilegal ou uma balsa que permanece

estática em um trecho isolado do rio Solimões são alvos prioritários para investigação.

Contudo, a GEOINT enfrenta limitações críticas inerentes ao bioma. A nebulosidade persistente é o maior adversário dos sensores ópticos. Em certas épocas do ano, grandes porções da Amazônia Ocidental permanecem cobertas por nuvens por semanas, criando "pontos cegos" que são estrategicamente explorados pelas facções para movimentar grandes carregamentos. Para mitigar isso, o Brasil tem investido no radar de abertura sintética (SAR), como o utilizado no satélite Amazônia-1 e em parcerias internacionais. Os sensores SAR operam na faixa das micro-ondas, sendo capazes de atravessar as nuvens e fornecer imagens da superfície independentemente da iluminação solar ou condições meteorológicas. Todavia, como aponta Silva (2024), mesmo o SAR possui limitações de resolução para detectar alvos pequenos e móveis, como as "voadeiras" de fibra de vidro que navegam rente às margens sob a copa das árvores, tornando-as invisíveis ao olhar orbital.

Outro desafio reside na "fadiga de dados" e na dificuldade de interpretação. A GEOINT gera um volume massivo de alertas diários; separar o ruído da inteligência útil requer algoritmos de Inteligência Artificial (IA) treinados especificamente para o contexto amazônico. Uma clareira pode ser um garimpo, mas também pode ser uma roça de subsistência de uma comunidade tradicional ou um fenômeno natural de queda de árvores. Sem a contextualização que frequentemente só a HUMINT pode fornecer, o dado geoespacial corre o risco de ser uma "verdade incompleta". A vigilância por satélite tem, por definição, uma baixa resolução temporal para eventos rápidos e dinâmicos; ela vê o "antes" e o "depois", mas raramente o "durante" de um transbordo criminoso, o que limita seu valor para operações de flagrante, mantendo sua utilidade focada no planejamento estratégico e na produção de prova pericial pós-fato.

2.2.2. A Imprescindibilidade da HUMINT (Inteligência Humana)

Se a GEOINT é o olhar que vigia as formas, a Inteligência Humana (HUMINT) é a sensibilidade que compreende as intenções (ABIN, 2023, p. 48). Na Amazônia, a tecnologia pode indicar o local de uma pista de pouso, mas apenas a HUMINT pode revelar quem é o piloto, quem financia o combustível, qual autoridade local está sendo subornada e qual facção detém a primazia sobre aquela carga. Em um ambiente de "economia híbrida", onde o crime se infiltra nas estruturas sociais e econômicas legítimas, a fonte humana torna-se a pedra angular para desarticular os centros de comando e controle que as câmeras espaciais não alcançam.

O papel das fontes humanas é multifacetado. Informantes recrutados estrategicamente em comunidades ribeirinhas, portos e até dentro da cadeia logística do garimpo fornecem dados sobre a "gramática do crime" local: os códigos usados em rádios de baixa frequência, os apelidos dos operadores de logística e os horários de menor vigilância em postos avançados. Segundo Mello et al. (2025), a infiltração de agentes e o recrutamento de colaboradores são essenciais para mapear o "terreno social". Em regiões onde o Estado é ausente, o criminoso muitas vezes ocupa o papel de provedor; entender esse sentimento de lealdade forçada ou cooptação econômica é vital para que as operações policiais não resultem em conflitos desnecessários com a população civil local, que muitas vezes é mais vítima do que cúmplice.

Entretanto, operar HUMINT na Amazônia é uma tarefa de altíssimo risco. O medo e a intimidação são as ferramentas de contra-inteligência das facções. Em cidades pequenas, todos se conhecem, e a presença de um rosto estranho fazendo perguntas é rapidamente detectada. A "lei do silêncio" é imposta com violência extrema, e a queima de uma fonte não significa apenas a perda de uma informação, mas frequentemente a execução de famílias inteiras. Por isso, a proteção de fontes deve ser tratada com protocolos de criptografia de ponta e sistemas de denúncia anônima que garantam o não rastreamento. Andrade (2022) argumenta que a inteligência humana na Amazônia precisa ser "antropológica": o agente deve compreender os dialetos locais, as dinâmicas de parentesco e os ciclos sazonais dos rios para conseguir estabelecer uma conexão de confiança com potenciais fontes.

A estratégia para fortalecer a HUMINT deve basear-se na doutrina do Policiamento Orientado por Inteligência (Intelligence-Led Policing - ILP). Seguindo o modelo 3-i de Ratcliffe (2016), Interpret, Influence, Impact, a inteligência humana permite "interpretar" o ambiente criminal de forma profunda. Com essa interpretação, o analista pode "influenciar" o tomador de decisão para que ele não apenas realize uma apreensão, mas ataque o "nó vital" da organização (como o fornecedor de mercúrio ou o doleiro que lava o dinheiro do ouro) (PF, 2019, p. 93). O "impacto" final é uma redução sustentável da criminalidade, e não apenas uma vitória estatística temporária. Sem a HUMINT, o Estado brasileiro continuará "enxugando gelo", realizando prisões de baixo escalão enquanto a estrutura de poder das facções permanece intacta e oculta sob o dossel florestal.

2.2.3. A Integração Interagências

A eficácia da inteligência na Amazônia é inversamente proporcional ao nível de isolamento das instituições. Historicamente, o cenário de segurança no Brasil é marcado por um "feudalismo informacional", onde polícias federais e estaduais, forças armadas e órgãos ambientais competem por recursos e glórias, muitas vezes sonhando informações cruciais uns aos outros. Na Amazônia, onde a logística é o recurso mais caro, essa descoordenação é um multiplicador de ineficiência que o crime organizado sabe explorar com maestria. A integração interagências, portanto, não é apenas um conceito administrativo, mas um imperativo estratégico de sobrevivência estatal.

O modelo mais exitoso de superação dessa fragmentação são os Centros de Fusão (Fusion Centers), materializados no Brasil por iniciativas como a FICCO (Força Integrada de Combate ao Crime Organizado). Nesses centros, a barreira física entre as instituições é derrubada: analistas da Polícia Federal sentam-se ao lado de oficiais da Polícia Militar, auditores da Receita Federal e fiscais do IBAMA. Essa proximidade permite que a informação circule em tempo real. Por exemplo, uma apreensão de madeira ilegal pelo IBAMA pode conter documentos que a inteligência financeira da Receita conecta a uma empresa de fachada utilizada pelo tráfico de drogas investigado pela Polícia Civil. Conforme ressaltam Nascimento, Miranda e Rios Neto (2018), a integração permite a "fusão" de sinais fracos em um quadro de inteligência robusto e acionável.

A sustentação jurídica para essa integração encontra-se na Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP) e na Estratégia Nacional (ENISP), instituídas pelos Decretos nº 10.777 e 10.778 de 2021. Esses marcos legais estabelecem a cultura do compartilhamento e a interoperabilidade como deveres dos órgãos do SISP (Subsistema de Inteligência de Segurança Pública) (DNISP, 2015, p. 49). A doutrina nacional busca criar uma linguagem comum, padronizando como os dados são coletados e disseminados. No entanto, a implementação esbarra na assimetria tecnológica. Enquanto a Polícia Federal dispõe de sistemas de ponta, muitas polícias civis do interior do Amazonas operam com infraestrutura precária, o que cria gargalos no fluxo de dados sigilosos e aumenta o risco de vazamentos por falta de segurança cibernética adequada.

Além dos desafios técnicos, existem óbices culturais e jurídicos. A desconfiança mútua entre corporações, alimentada por disparidades salariais e disputas de ego, ainda é o maior

inimigo da integração. Além disso, o compartilhamento de dados deve observar rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os limites constitucionais, garantindo que a inteligência estratégica não se transforme em vigilância ilegal. O equilíbrio entre a necessidade de sigilo operacional e a transparência democrática é delicado. Mello et al. (2025) propõem que o futuro da integração na Amazônia reside no uso de plataformas de Big Data e Inteligência Artificial integradas, onde o cruzamento de dados sensíveis ocorre em ambientes controlados, permitindo que a inteligência atue de forma preditiva, antecipando-se aos movimentos das facções antes que elas cruzem a fronteira ou iniciem um novo ciclo de desmatamento.

2.3. A Inteligência em Ação na Amazônia

A transição entre a teoria da inteligência e sua aplicabilidade prática no bioma amazônico revela um cenário de adaptação constante. Enquanto os modelos doutrinários sugerem uma linearidade no ciclo de produção do conhecimento, a realidade do terreno impõe uma dinâmica de "inteligência em tempo real", onde a coleta e a análise devem ocorrer simultaneamente à execução operacional para garantir a sobrevivência dos agentes e a eficácia das apreensões. Analisar casos concretos, como as operações voltadas ao rastreamento financeiro e à proteção de territórios vulneráveis, permite observar como o Estado brasileiro tem buscado migrar de um modelo puramente reativo para o paradigma do Intelligence-Led Policing (ILP). No entanto, esses estudos de caso também expõem as cicatrizes de um sistema que ainda luta contra a fragmentação institucional e a resiliência adaptativa das facções criminosas.

18

2.3.1. O Rastreamento Financeiro e a Asfixia Logística

A Operação "Roque", deflagrada pela Polícia Federal em 2022, representa um marco na mudança de estratégia estatal frente ao crime organizado no Norte do país. Até então, a métrica de sucesso das forças de segurança baseava-se majoritariamente no volume de drogas apreendidas ("quilometragem de cocaína"). Contudo, a inteligência estratégica compreendeu que, em uma estrutura de "economia híbrida", a perda de uma carga é apenas um custo operacional calculado pelas facções. O verdadeiro "nó vital" reside na infraestrutura financeira que permite a reposição rápida de ativos e a lavagem de capitais. A Operação Roque focou, portanto, não nos soldados do crime, mas nos "facilitadores" e nos operadores financeiros que articulam o narcogarimpo.

O papel da inteligência neste caso foi fundamentalmente voltado para a Inteligência Financeira (FININT) integrada à Inteligência de Sinais (SIGINT) (PF, 2019, p. 29, 62). Através da quebra de sigilo bancário de centenas de CPFs e CNPJs, os analistas conseguiram identificar uma teia de empresas de fachada, que variavam de postos de combustível a lojas de joias e empresas de transporte aéreo, localizadas em Roraima, Amazonas e Pará. A análise de padrões revelou que o ouro extraído ilegalmente não era apenas um produto final, mas a própria moeda de troca para a aquisição de aeronaves e insumos químicos. A inteligência financeira demonstrou que as facções utilizavam o metal para evitar o sistema bancário tradicional em transações de alto valor, operando em um sistema de "compensação paralela" que dificultava o rastreamento convencional pelo COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

A conexão ouro-droga foi elucidada pela análise da logística aérea. A investigação demonstrou que o lucro derivado do garimpo ilegal financiava o fretamento de aviões de médio porte que, após deixarem o ouro em centros de refino ou comercialização fraudulenta, seguiam para a fronteira noroeste para carregar cocaína. Esse ciclo fechado de financiamento conferia à organização uma autonomia financeira que a blindava contra crises econômicas externas. A apreensão de dezenas de aeronaves durante a operação foi mais impactante do que a prisão de traficantes de baixo escalão, pois desarticulou a capacidade de projeção de poder da facção sobre o território. Segundo Mello et al. (2025), o impacto sistêmico da Operação Roque reside na demonstração de que a "asfixia financeira" é a única forma de interromper a lógica de reinvestimento do crime organizado, tornando o custo do crime proibitivo para os investidores ocultos da rede.

A análise deste caso reforça a necessidade de analistas de inteligência com formação em economia e contabilidade forense dentro das delegacias do interior. A criminalidade moderna na Amazônia não se combate apenas com fuzis, mas com planilhas e rastreamento de fluxos digitais de capital. A Operação Roque provou que, ao atingir o patrimônio, o Estado atinge a moral e a capacidade organizacional dos grupos criminosos, gerando um efeito de dissuasão que as operações de rua raramente alcançam de forma duradoura.

2.3.2. A Inteligência Territorial Integrada e o Desafio da Governança

A intervenção do Estado brasileiro na Terra Indígena (TI) Yanomami, intensificada a partir de 2023, constitui o maior desafio de inteligência territorial e logística da história recente do país. A crise humanitária provocada pela invasão de mais de 20 mil garimpeiros exigiu uma

resposta que não poderia ser apenas repressiva, mas que precisava ser guiada por um conhecimento profundo da geografia e das redes de apoio que sustentavam os invasores em uma das áreas mais isoladas do planeta. A operação de desintrusão foi o ápice de um esforço de "fusão de inteligência" entre órgãos militares, policiais e ambientais.

A integração de dados começou pela GEOINT, utilizando a constelação de satélites do sistema DETER/INPE e parcerias com empresas de imagens de radar de alta resolução. O mapeamento não se limitou a identificar buracos de garimpo; ele catalogou cada pista de pouso clandestina, cada ponto de desmatamento recente e a turbidez de cada afluente dos rios Mucajaí e Uraricoera. Este mapeamento digital foi o que permitiu o planejamento de "missões de interdição logística". Em vez de tentar patrulhar milhões de hectares, a inteligência focou nos "gargalos": os pontos de abastecimento de combustível e as pistas de pouso que serviam de entrada para a TI. A destruição sistemática dessas pistas, orientada por coordenadas geográficas precisas, isolou os garimpos, forçando a saída dos invasores pela falta de suprimentos.

A HUMINT desempenhou um papel delicado e essencial. Informações colhidas junto a lideranças indígenas e servidores da FUNAI que vivem no território foram vitais para identificar a localização de acampamentos escondidos sob a copa das árvores, invisíveis aos satélites ópticos. Os Yanomami forneceram dados sobre a movimentação de balsas durante a noite e a identidade de líderes de garimpo conhecidos pela violência extrema. No entanto, o uso da HUMINT em contextos indígenas levanta dilemas éticos profundos. A coleta de informações não pode colocar em risco as comunidades que já estão em situação de vulnerabilidade extrema. Como aponta Santos et al (2025), a inteligência nesse cenário deve ser "centrada no humano", priorizando a proteção das testemunhas sobre a captura de alvos, sob o risco de destruir os laços de confiança remanescentes entre o Estado e os povos da floresta.

O rastreamento de sinais (SIGINT) também foi crucial. O uso massivo de internet via satélite (Starlink) por garimpeiros e traficantes permitiu que a inteligência interceptasse comunicações e localizasse terminais ativos no coração da selva. A coordenação logística dos garimpos era feita via grupos de aplicativos de mensagens, e a infiltração cibernética nesses grupos permitiu antecipar tentativas de fuga e esconderijos de maquinário. A ação conjunta entre o IBAMA e a Polícia Federal, apoiada pela logística das Forças Armadas, demonstrou que a superioridade tecnológica só se traduz em resultado quando há uma "doutrina de compartilhamento" de dados em tempo real. A TI Yanomami tornou-se, assim, um laboratório

para o que Oliveira (2023) chama de "inteligência de soberania", onde a proteção ambiental e a segurança nacional fundem-se em uma única missão de preservação do território.

2.3.3. Lições aprendidas e desafios persistentes na fronteira da inteligência

Os sucessos e as falhas das operações Roque e Yanomami oferecem lições fundamentais para o futuro da segurança na Amazônia. A primeira lição é a superioridade da abordagem estratégica sobre a tática pura. Operações que focam na infraestrutura (pistas, aviões, contas bancárias) produzem resultados mais duradouros do que aquelas que focam apenas na prisão de integrantes do baixo escalão. A "descapitalização" do crime é a ferramenta de dissuasão mais poderosa do Estado, mas ela exige um ciclo de inteligência que seja contínuo e não apenas episódico. O crime organizado é resiliente; quando uma rota é fechada na TI Yanomami, ele busca se deslocar para a TI Munduruku ou para o sul do Amazonas, o chamado "efeito balão".

A sinergia entre as agências (SISP) é o segundo pilar. Ficou demonstrado que a fragmentação é a melhor amiga do criminoso. Quando a Polícia Federal e o IBAMA compartilham analistas em um "Centro de Fusão", a capacidade de detecção de crimes híbridos (narcogarimpo) aumenta exponencialmente. No entanto, a integração ainda enfrenta barreiras culturais e de "feudalismo informacional". Muitas instituições ainda hesitam em compartilhar bancos de dados sensíveis por receio de perder o protagonismo operacional ou por desconfiança na segurança cibernética dos parceiros. Superar essas barreiras exige uma liderança política firme e a institucionalização de protocolos de interoperabilidade que sobrevivam às mudanças de governo. O princípio da cooperação, fundamental para a atividade de inteligência, busca otimizar esforços e mitigar vieses, essencial para a sinergia entre agências (ABIN, 2023, p. 31).

Um desafio persistente e crítico é a proteção das fontes humanas. Na Amazônia, onde o isolamento é a regra, um informante exposto é um informante morto. A segurança da HUMINT continua sendo o calcanhar de Aquiles das operações. É imperativo o desenvolvimento de protocolos de proteção que incluam o reassentamento de famílias e o uso de tecnologias de comunicação segura que não deixem vestígios digitais. Além disso, a inteligência brasileira precisa investir na formação de "analistas de área", profissionais que não apenas saibam operar sistemas, mas que conheçam a fundo a antropologia, a economia local e os dialetos das regiões de fronteira. Conforme ressaltam Gomes et al. (2025), o conhecimento técnico é inútil sem a sensibilidade cultural para interpretar os "sinais fracos" que a floresta emite.

Por fim, a questão da continuidade é o que definirá a vitória do Estado sobre o crime. Operações midiáticas de grande porte geram alívio temporário, mas o crime é um fenômeno de "ocupação de vácuo". Se o Estado retira suas equipes de inteligência após a operação, o crime retorna em semanas, muitas vezes de forma mais sofisticada e violenta. A inteligência estratégica deve ser uma presença permanente e rotineira, integrada ao desenvolvimento econômico da região. Somente quando a legalidade for mais lucrativa e segura do que o ilícito para as populações locais, as redes criminosas perderão sua base de apoio. A inteligência, portanto, deve servir não apenas para prender, mas para orientar políticas públicas que tragam a Amazônia de volta à esfera da soberania estatal plena.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstra, de forma inequívoca, que o enfrentamento ao crime organizado híbrido na Amazônia, consolidado na figura do "narcogarimpo", representa o desafio mais crítico para a segurança pública e para a própria manutenção da soberania nacional no século XXI. A transição das facções criminosas de gangues territoriais para corporações logísticas transnacionais exige que o Estado brasileiro abandone o modelo tradicional de repressão episódica e ostensiva. O bioma, com sua escala continental e complexidade hidrográfica, atua como um multiplicador de forças para o ilícito e um limitador severo para o policiamento convencional. Portanto, a resposta estatal não pode ser apenas quantitativa (mais homens ou mais armas), mas deve ser qualitativamente superior, baseada na inteligência e no domínio do ciclo de dados.

22

A tese central defendida e corroborada pelo exame das ferramentas de inteligência e pelos estudos de caso é que a soberania efetiva sobre a Amazônia contemporânea não se mede mais apenas pela presença física de marcos fronteiriços, mas pelo que definimos como Soberania Informacional. Este conceito traduz a capacidade do Estado de gerar, processar, analisar e utilizar conhecimento estratégico sobre seu território de forma mais ágil e precisa do que as organizações criminosas. No teatro de operações amazônico, "bytes" bem analisados e compartilhados são, de fato, mais decisivos do que "balas", pois permitem ao Estado agir cirurgicamente sobre os nós vitais das redes criminosas, seu planejamento, seu financiamento e seus esquemas de corrupção, antes mesmo que o crime se materialize no terreno.

A Inteligência de Segurança Pública (ISP), quando aplicada em sua plenitude doutrinária conforme preconizado pela PNISP e ENISP (BRASIL, 2021), deixa de ser um

acessório da investigação criminal para se tornar a pedra angular do assessoramento estratégico (PF, 2019, p. 20). Como demonstrado, a ISP é a única ferramenta capaz de promover a antecipação necessária para interromper fluxos financeiros bilionários e desarticular a logística do narcogarimpo. Para que essa soberania informacional seja plenamente alcançada e sustentada, propomos quatro eixos de ação imperativos para a gestão pública brasileira:

Em primeiro lugar, a tecnologia mais avançada, embora essencial, é cega para as intenções e surda para os pactos sociais silenciosos que sustentam o crime. É imperativo investir maciçamente no recrutamento e na proteção de fontes humanas (ABIN, 2023, p. 65). Isso exige um programa de capacitação que vá além do técnico, alcançando a inteligência cultural e antropológica. O Estado deve reconstruir os laços de confiança com as comunidades ribeirinhas e indígenas, transformando-as em aliadas da legalidade através de mecanismos de proteção robustos e benefícios tangíveis. A inteligência humana é o que confere contexto e "calor" aos dados frios dos satélites (ABIN, 2023, p. 48).

Além disso, a fragmentação institucional é o maior trunfo do crime organizado. É necessário transformar modelos bem-sucedidos como o FICCO em estruturas permanentes e resilientes às mudanças políticas. A soberania informacional depende de centros de fusão regionais estratégicos que operem com interoperabilidade tecnológica plena. O "feudalismo informacional" deve ser combatido com incentivos institucionais que premiem o compartilhamento. A integração entre a inteligência ambiental (IBAMA), a policial (PF/PC) e a militar deve ser a regra, não a exceção, criando uma rede de vigilância multidimensional que cubra todas as camadas da ameaça híbrida (ABIN, 2023, p. 23-25).

De modo concorrente o combate ao narcogarimpo deve ser travado nas planilhas e nos fluxos digitais. A asfixia econômica, através do rastreamento do ouro ilegal e da lavagem de dinheiro, é a forma mais eficaz de enfraquecer organizações resilientes. A inteligência financeira deve ser descentralizada, dotando delegacias do interior de ferramentas de análise forense bancária e fiscal. Como reforçado por Mello et al. (2025), desarticular a capacidade de reinvestimento das facções é o único caminho para evitar o "efeito balão", onde o crime apenas se desloca de uma área para outra após uma operação policial. Este tipo de análise se alinha com o conceito de inteligência fiscal-financeira, que reconhece o controle do fluxo financeiro como essencial no combate à criminalidade organizada (PF, 2019, p. 28).

Por fim, a realidade geopolítica da Amazônia exige um novo perfil de analista de inteligência. A formação deve ser contínua e focar na compreensão da Amazônia como um

sistema complexo onde ambiente, economia e crime estão intrinsecamente ligados. O desenvolvimento de uma doutrina de inteligência especificamente voltada para biomas tropicais e fronteiras fluviais é urgente para que os gestores de segurança pública parem de importar modelos aplicáveis apenas a contextos urbanos do Sudeste.

Em suma, a Amazônia do século XXI não será protegida apenas por sentinelas físicas, mas por redes de inteligência integradas. A soberania informacional é o escudo necessário para proteger não apenas as fronteiras geográficas, mas a integridade social e ambiental do país. Ao investir na inteligência como guia para a ação estratégica, o Estado brasileiro deixa de ser um mero espectador da degradação e do crime organizado, passando a exercer, de fato, o controle sobre seu destino e sobre as riquezas da maior floresta tropical do planeta.

O futuro da segurança e da soberania na Amazônia não está em tentar, de forma quixotesca e dispendiosa, vedar todos os poros de um território continental. Está, sim, em construir uma rede inteligente, adaptativa e profundamente enraizada de coleta e análise de informações. Uma rede que una a visão do satélite ao conhecimento do ribeirinho, a perícia do analista financeiro à coragem do agente infiltrado. Rios de sangue e ouro, que hoje financiam a violência e a destruição, só serão contidos quando forem navegados primeiro por rios de dados transformados em conhecimento estratégico e em ação estatal coordenada, precisa e implacável. A inteligência policial, em sua acepção mais ampla e moderna, é a bússola e a carta náutica indispensáveis para esta navegação crucial.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Doutrina da Atividade de Inteligência**. Brasília, DF: ABIN, 2023.
- ANDRADE, R. C. **Inteligência Humana e Geopolítica: Desafios na fronteira amazônica**. Manaus: Editora Valer, 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021**. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 ago. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 10.778, de 24 de agosto de 2021**. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública (ENISP). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 ago. 2021.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP**. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Resolução nº 1, de 15 de julho de 2009. Regulamenta o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 2009.

CEPIK, M. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/marcocepik/files/cepik_-_2003_-_fgv_-_espionagem_e_democracia_21-apr-14_1.compressed.pdf Acesso em: 22 fev. 2026

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024a.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Cartografias da violência na Amazônia. Vol. 3**. São Paulo: FBSP, 2024b.

GOMES, I. E. F.; FIORI, D.; FERREIRA JUNIOR, E. I. **Infraestrutura, Economia e Segurança Pública no Amazonas: O Papel das Hidrovias na Dinâmica Social e Criminal**. Cadernos Acadêmicos, v. 17, n. 4, 2025.

GOMES, A. L.; MARTINS, R. F.; SOUZA, T. M. **Hidrovias e Vulnerabilidades: A logística do crime no Norte do Brasil**. Manaus: Editora Acadêmica, 2025.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Raio-X do Ouro: Lavagem de dinheiro e o financiamento do crime organizado na Amazônia**. São Paulo: Instituto Escolhas, 2024.

KRAEMER, R. **Incompreensão do conceito de inteligência na segurança pública**. Revista Brasileira de Inteligência, n. 10, p. 73-87, 2015.

25

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A Guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Todavia, 2023.

MELLO, C. M. de A.; DUARTE, E. N. P. M.; ALMEIDA, M. V. O. de; CAVALCANTE, D. C. G.; NETO, F. C. B. **Estratégias para o enfrentamento da criminalidade e violência no Estado do Amazonas**. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 5, 2025.

NASCIMENTO, D. M.; MIRANDA, W. D.; RIOS NETO, R. M. **Controle de legalidade do ato jurídico-administrativo praticado na atividade de inteligência: o caso do Estado Democrático de Direito brasileiro**. Pensar, Fortaleza, v. 23, n. 4, p. 1-17, out./dez. 2018.

NASCIMENTO, J. C.; MIRANDA, S.; RIOS NETO, E. G. **Centros de Fusão e a Integração de Inteligência no Brasil**. Brasília: Edição do Autor, 2018.

OLIVEIRA, J. R. **Inteligência de Soberania: A proteção de terras indígenas e o combate ao crime ambiental**. Brasília: Instituto de Pesquisas Criminais, 2023.

OLIVEIRA, J. R.; SANTOS, L. F. **Narco-ecocídio: A convergência entre o tráfico de drogas e crimes ambientais na Bacia Amazônica**. Brasília: Instituto de Pesquisas Criminais, 2024.

PYTLOWANCIV, D. F. S. **Intelligence-Led Policing e sua possibilidade de implementação no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, v. 15, n. 1, p. 103-123, jan./abr. 2024.

RATCLIFFE, J. **Intelligence-Led Policing**. 2. ed. Nova York: Routledge, 2016.

SANTOS, W. A. S. dos; LIMA, A. C. de M.; RIBEIRO, H. M. C.; OLIVEIRA, É. S. de; VINAGRE, M. V. de A. **Garimpo ilegal, conflitos socioambientais e desmatamento na Amazônia Legal: uma revisão sistemática da literatura**. Revista Aracê, v. 7, n. 9, 2025.

SILVA, M. A. **A Hidrografia como Ativo Estratégico: Logística criminal e desafios de soberania**. Rio de Janeiro: Editora Militar, 2024.

STAHLBERG, S. **A Pax Criminal e a Dinâmica dos Homicídios: Uma análise do Comando Vermelho no Norte**. In: MELLO, P. H. (Org.). Estudos de Segurança Pública Contemporânea. Manaus: EdUA, 2021.

WANDERLEY, L. J. **Corrida do ouro, garimpo e fronteira mineral na Amazônia**. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais, v. 8, n. 2, p. 113-137, 2019.